



**ACÓRDÃO Nº 794/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 13228/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Auxiliadora Abrantes Pinto (Ordenador de Despesa), Regina Fernandes do Nascimento (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1928/2020/DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Recomendação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Sra. **Regina Fernandes do Nascimento**, Gestão: 01/01/17 a 30/09/17, na gestão à frente do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, relativo ao exercício de 2017, com fundamento no Art. 22, III, da Lei Orgânica no TCE/AM;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Sra. **Auxiliadora Abrantes Pinto**, Gestão: 04/10/17 a 31/12/17, na gestão à frente do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, relativo ao exercício de 2017 com fundamento no Art. 22, III, da Lei Orgânica no TCE/AM;
- 10.3. **Aplicar Multa** à Sra. **Regina Fernandes do Nascimento** no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), com fundamento no Art. 54, III, b, da Lei Orgânica deste Tribunal, em virtude das irregularidades mencionadas no Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo



**ACÓRDÃO Nº794/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Aplicar Multa à Sra. Auxiliadora Abrantes Pinto** no valor de **R\$ 7.500,00** (sete mil e quinhentos reais), com fundamento no Art. 54, III, b, da Lei Orgânica deste Tribunal, em virtude das irregularidades mencionadas no Relatório/Voto, e não sanadas; que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.5. Recomendar** ao Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS que:

**10.5.1.** Seja diligente no cumprimento efetivo dos deveres relacionados à prestação de contas, notadamente do instrumento que compõe o controle interno, e os seus respectivos prazos;

**10.5.2.** Observe as normas vigentes que disciplinam os procedimentos, prazos, publicidade dos gastos e contratações públicas, notadamente diante dos casos de contratação direta (dispensa de licitação), cumprindo os ditames da Lei nº 8.666/93 e demais;

**10.6. Dar ciência à Sra. Regina Fernandes do Nascimento e à Sra. Auxiliadora Abrantes Pinto** dos termos deste Acórdão, com cópia, para que, caso queiram, exerçam o contraditório.

**11- Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 12 de Agosto de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge



**ACÓRDÃO Nº794/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição